



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eirópas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Dr. José António Vieira da Silva

Bruxelas, 9 de Outubro de 2018

Seu muito,

Tive conhecimento da situação que desde 2015 afecta os trabalhadores da empresa Soares da Costa Construção.

Foi anunciado no final de 2015 aos trabalhadores da empresa Soares da Costa que havia um projeto de reestruturação da empresa, razão pela qual 700 trabalhadores iam ser despedidos. Nenhuma data lhes foi dada para o despedimento colectivo, porém alguns trabalhadores começaram a ser dispensados da prestação de trabalho, mas com garantia que os salários lhes seriam pagos. Esses salários, tal como outros, começaram a chegar em atraso, até que deixaram de chegar.

Nos meses que seguiram estes eventos, para além da continuação de dispensação de prestações de trabalho, houve dezenas de extinções de postos, sem que sejam pagas as devidas indemnizações - ou, nalguns casos, salários.

Dois processos especiais de revitalização (PER) foram apresentados, só o segundo tendo sido homologado em fevereiro de 2018. Apesar de alguns salários terem sido devolvidos durante este tempo, tal foi feito de maneira discriminatória a uma pequena minoria.

Tendo em conta estes elementos, peço a V. Exas. que me esclareçam as seguintes questões:

1. Esta situação foi denunciada pelos trabalhadores às autoridades seguintes: Ministério da Justiça, Administrador Judicial Provisório, Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, Autoridade para as Condições de Trabalho e a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. Porém, os trabalhadores não receberam ajuda por parte de nenhuma destas entidades. Como explicar a inação face a este caso?
2. Que ações vai o Governo tomar para por fim a esta situação de ilegalidade total, com dispensas de prestação de trabalho forçadas e falta de pagamentos de salários e de indemnizações?

Ana Gomes
European Parliament
Bât. Altiero Spinelli, 14G201, rue Wiertz 60, B-1047 Brussels, Belgium
Tel. : +32 (0)2 284 58 24 Fax : +32 (0)2 284 98 24
anamaria.gomes@ep.europa.eu



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

3. Que consequências estão previstas para os gestores da empresa que criaram esta situação e não a remediaram, estando em incumprimento do PER?

Ana Gomes

Ana Gomes

Deputada ao Parlamento Europeu

CC :

S.E. a Procuradora-Geral da República

Dra. Joana Marques Vidal

S.E. a Comissária Europeia para o Emprego, os Assuntos Sociais, as Competências e a Mobilidade Labora

Ana Gomes

European Parliament

Bât. Altiero Spinelli, 14G201, rue Wiertz 60, B-1047 Brussels, Belgium

Tel. : +32 (0)2 284 58 24 Fax : +32 (0)2 284 98 24

anamaria.gomes@ep.europa.eu